

Migração e desterritorialização: sociabilidade afetada e exclusão social da força de trabalho migrante em Parauapebas-PA.

Raimundo Miguel dos Reis Pereira¹

Palavras chaves: Migração, Sociabilidade, Força de Trabalho, Exclusão, desterritorialização.

Introdução

A busca para definir e fundamentar o estudo relativo à problemática da migração e a sociabilidade da força de trabalho para Parauapebas nos ocupou, sobretudo, com a necessidade da escolha do território da pesquisa e a sua importância política e econômica para a região do Sul do Pará e para o Brasil. Esse trabalho é o resultado de exaustiva pesquisa encontrada na Tese de doutorado intitulada: “O QUE ESSA GENTE VEIO FAZER AQUI?” MIGRAÇÃO E SOCIABILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO “DESQUALIFICADA” PARA PARAUAPEBAS-PA². Feitas as alterações necessárias constitui-se em uma contribuição para o debate sobre o processo de migração e sociabilidade.

A metodologia do estudo contou com atributos bibliográficos e breve pesquisa de campo, considerando-se, desse modo, um trabalho que ainda está em processo de construção. Porém, apresenta em seu contorno contribuições relevantes para a sociologia da migração e sociabilidade.

A razão da escolha da cidade de Parauapebas sustentou-se em quatro argumentos principais: primeiro, é na cidade de Parauapebas-PA que está instalada um dos principais projetos de mineração do Brasil, gerenciado por umas das maiores mineradoras do mundo, a Vale; segundo, por conta deste empreendimento, o município de Parauapebas teve crescimento econômico, de 2001 a 2010, que superou, por exemplo, até o orçamento da capital paraense, Belém; terceiro, em consequência do “crescimento econômico”, houve intenso fluxo migratório à cidade de Parauapebas que urbanizou-se com extrema rapidez. Ou seja, de um município de predomínio rural transformou-se em predomínio urbano, para os padrões amazônicos, porém com todas os problemas econômicos, sociais e ambientais, características das cidades de larga desigualdades, comuns a todas as experiências de cidades de modernidade “inconclusa”; quarto, para Parauapebas migrou diferentes ordens de força de trabalho, entre

¹ Professor da Universidade do Estado do Pará, email: raimundomiguel.reispereira@gmail.com. Graduado em Ciências Sociais (UFPA); Mestrado pela Universidade Federal do Pará em Ciências Sociais (PPGCS); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Para (PPGCS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Social - GEPES/UEPA

² Tese defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais-Da Universidade Federal do Pará.

estas, migrantes que não se adequavam as exigências profissionais da Vale, e as suas subsidiárias, que exigiam em sua atividade principal força de trabalho “certificada”.

Neste sentido, para discutir o processo migratório para Parauapebas, demonstraremos, por meio de dados, um breve panorama econômico e social da cidade; seguida de análise da situação urbana, como predomínio “recente” de Parauapebas; e como a desterritorialização e a exclusão econômica e social atravessam a sociabilidade dos migrantes. A migração e sociabilidade está baseada em autores da sociologia crítica, que sustentaram teoricamente o estudo.

1 Parauapebas: polo de atração de força de trabalho migrante para o Sudeste do Pará

Parauapebas³ é um município onde residiam, até 2011 (último censo da primeira década de 2000), 153.908 habitantes. Esta administrativamente estendida no solo paraense por cerca de 17.722,3 km². Localiza-se a 645 km de Belém, capital do estado do Pará. Pertencia ao município de Marabá, emancipou-se em 18 de maio de 1988 (IDESP/IBGE, 2012).

Parauapebas têm imensas riquezas minerais, que as empresas mineradoras, principalmente a Vale, exploram cerca de 18 bilhões de toneladas de ferro anual de alta qualidade (IDESP,2012). Segundo a empresa Vale, o subsolo paraense guarda 2,69 bilhões de toneladas de minério de ferro, dos quais concentram-se em Parauapebas 95% da reserva do minério.

A Vale, como uma das maiores exportadoras de minérios do mundo, extrai 17 mil caminhões de “ferro” para abastecer o mundo, são dez trens por dia, 300 vagões com 80 toneladas. Ao final de cada dia, em média, a Vale transporta 396 mil toneladas de ferro. Para efeito de comparação, em 2015 a Vale alcançou um recorde na produção de ferro na Serra dos Carajás, foram 129,554 milhões de toneladas de ferro (VALE, 2015).

Conforme a Secretaria da Fazenda - SEFA (2016), o estado do Pará arrecadou em *royalties* a soma de R\$ 2,7 bilhões no primeiro semestre de 2015 e, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM (2016), por meio do CEFEM (Compensação Financeira sobre Produtos Minerais), foram distribuídos o montante de R\$ 281.249.952,79 entre os municípios que exploram a atividade mineral no Sudeste Paraense, sendo que apenas três destes concentram 76,01% dos recursos. No ano acima citado, Parauapebas foi favorecida com R\$ 150.669.0918,11, o equivalente a 53,57% dos recursos; Marabá, R\$ 40.550,924, 24 (14, 41%); Canaã dos Carajás, R\$ 24.562,652,49 (8,75%).

³ Que em tupi significa “Rio das Águas Claras”

O censo demográfico (IBGE, 2016) contabilizou os migrantes residentes em Parauapebas, subdivididos por região do Brasil, assim distribuídos: oriundas da Região Norte, 67.906; da Região Nordeste, 5.296; da Região Sudeste, 790; da Região Sul, 5.657; da Região Centro Oeste, 1.295. Há ainda os que vieram de outros países, que eram em número de 92.

Da população residente 77.893 do sexo masculino e 76.015 do sexo feminino. A maioria dos migrantes são proveniente das migrações internas, 28.785,28 são de paraenses. Paralelamente só estado do Maranhão supera a migração interna, aparece com 24.292 migrantes, seguido pelo o estado do Goiás com 3.716 e o Piauí com 3.190. A maioria dos migrantes, juntos, tem como origem o Nordeste brasileiro, o que dá característica cultural peculiar à cidade de Parauapebas. (ibid.).

No que diz respeito à arrecadação de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços), o município, em 2007, arrecadou R\$122.429.935,40; sendo que, R\$ 40.944.717,98 são provenientes da extração de minerais metálicos, enquanto que R\$ 30.708.346,47 têm origem da atividade comercial, não incluindo veículos automotores e motocicletas (IDESP/SE-POF, 2012).

As atividades econômicas prevaletentes em Parauapebas, até 2010 (ibid.), apontam o comércio com 808 estabelecimentos; em seguida, surge o setor de serviços com 495; em terceiro, a indústria de transformação⁴ 109; em quarto a construção civil leve⁵ com 92 empresas; e por fim, a agropecuária com 78 estabelecimentos. Entre estes, o setores de serviços, construção civil e comércio são os que mais empregam. Os que menos empregam são: agropecuária, indústria de transformação e extração mineral (MTE-RAIS, 2010). A maioria, portanto dos empregos estão concentrados no meio urbano.

Os dados acima, talvez, por si já nos demonstram o porquê Parauapebas se transformou em um forte polo de atração de força de trabalho de parte significativa do Brasil. Razão pela qual, ao lado do intenso processo migratório, surge no meio da floresta amazônica um processo urbano acelerado que contrasta com a maioria das realidades das cidades no estado do Pará.

2 O Predomínio do urbano em Parauapebas

A maioria dos municípios de fronteira, no sul e sudeste paraense, já surge com característica que tem predomínio do urbano como estilo de vida no campo político, institucional, cultural e econômico, resultado do rápido amadurecimento da expansão de capitais nas cidades

⁴ Indústria que transforma matéria física, química e biológica em novos produtos, por exemplo transformar celulose em papel.

⁵ Prestação de serviços que envolvem o processo de construção de edificações

de Marabá e Parauapebas, associadas às novas atividades econômicas voltadas para o mercado exterior (SOUZA, 2011), a construir o que conhecemos como “grandes projetos” amazônicos.

Objetivamente o desenvolvimento dos núcleos urbanos no sudeste paraense estiveram, em grande medida, acompanhados de empreendimentos induzidos por grandes capitais, como a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e agropecuária - tendo como suporte decisivo o apoio do Estado, a estimular o processo migratório intensivo.

Souza (2011) ainda acentua que a diferença intra-urbana (entre centro e periferia) de Parauapebas não é resultado apenas da migração espontânea das cidades em geral, é também a aparência de cidades com forte influência da mineradora Vale “que mantém uma estratégia planejada de segregação social e espacial, onde os técnicos diretamente ligados à empresa são alocados em um núcleo habitacional (Carajás) administrado diretamente pela empresa e dotado de externalidades exclusivas” (ibid. p.242). Então vejamos.

O modelo de empreendimento da Vale fez de Parauapebas uma cidade de confrontos de sociabilidades, de um lado uma cidade com imensas necessidades, em um contexto urbano conflituoso, povoado por migrantes regionais e de outros estados brasileiros, constituída de áreas empobrecidas; e de outro, a cidade-empresa construída de modo que a vida da população é vigiada, subordinada e controlada, com uma realidade fabricada diametralmente oposta da cotidianidade amazônica.

Entretanto, desses conflitos de sociabilidades, novas relações sociais emergem deste contexto, transformando paisagens, formando novas redes de convivências que estruturam a base de uma possível “nova” sociabilidade, dando continuidade ao processo constante do eterno e consistente refazer de homens e mulheres amazônidas. Parauapebas, portanto, é parte significativa, ou um dos produtos legítimos da metamorfose pela qual a Amazônia foi atravessada pelos inúmeros projetos de poder que se instalaram na política e na economia brasileira.

3 Migração da força de trabalho

A cidade de Parauapebas é parte da história das migrações e também dos problemas ambientais, agrário e urbano no Brasil. Que mobilizou a resistência das populações tradicionais e indígenas contra grandes empresas, aonde o espaço urbano e rural foram o palco de enfrentamento étnico e social de 1968 a 1987 (MARTINS, 2012), que atraiu um número significativo de estudos e pesquisa na tentativa de reescreve o passado e o presente da Amazônia enquanto territorialidades, sociabilidades e interesses que ao se atritarem conduziram a lutas cruentas por espaços sociais.

Nestes campos em disputa, os representantes do Estado brasileiro não se interessaram em elaborar projetos de longo curso para formar uma nova concepção econômica autônoma (projeto de Estado), que pudesse incluir a Amazônia na modernidade com vantagens, mas o Estado aprofundou certo capitalismo dependente e imediatista.

Para Martins (2008, p.19), “A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar”. Razão pela qual, o “capital”⁶, na Amazônia, não reservou espaço para o surgimento de uma “nova burguesia moderna”; as elites reelaboraram o subdesenvolvimento, revestido de imagem de progresso, - que dá a falsa impressão de evolução – mas continua a produzir incertezas, os valores e mentalidades construídos a partir dessa “modernidade acrítica” (ibid.).

Assim, o capitalismo penetra nas regiões mais atrasadas, como Parauapebas, desorganiza as econômicas pré-capitalistas e desencadeia a política de dominação às populações locais, utilizando o mito do desenvolvimento econômico para atrair a força de trabalho migrante.

Esta relação, é parte da compreensão de que a Amazônia foi fustigada pela modernidade como forma de difundir um capitalismo irregular, mesmo porque a própria modernidade que se instalou no Brasil foi inconclusa, que exigiu grande mobilidade de força de trabalho para firmar-se como vetor de acumulação de capital. Por isso, o capitalismo confere à mobilidade da força de trabalho importância vital, com o objetivo de torná-la propensa à criação exponencial da mais-valia, a provocar desigualdades sociais e regionais.

Ao se movimentar, o contingente expressivo de força de trabalho, conduz como conseqüências o surgimento de polos de concentração de pessoas (zonas urbanas) e polos de esvaziamento (no meio rural). A forma como a concentração e esvaziamento populacional se apresentam são variadas, dependem do momento das economias locais e regionais. Ao mesmo tempo em que se empregam novas tecnologias em um ambiente onde antes a agricultura familiar e o pequeno comércio eram as principais economias.

Logo, convive-se, na Região Sudeste do Pará, com a economia em grande escala⁷, que exige profissionais “certificados”, e por outro lado, a economia de trabalho precário⁸ que se “encontra à margem da divisão inter-regional do trabalho, fechando-se em si mesma na base da

⁶ Grandes empresas e Consórcios nacionais e estrangeiros. .

⁷ Considerado na região Sudeste do Pará: o agronegócio, empresas de tecnologia avançada para extração de minérios, siderúrgicas.

⁸ Serviços terceirizados, ambulantes, empregados de pequenos negócios não legalizados, empregos sem carteiras assinadas.

produção de subsistência, cujo excedente [...] anima a débil vida urbana e rural local” (SINGER, 1998. p. 37).

Com pouca compensação para a população mais pobre e lucros às grandes empresas, a região Sudeste paraense, Parauapebas em particular, é um polo de atração, inscritos nos fatores de mudança, que seduz a população das regiões em estagnação econômica impactadas pelos efeitos regressivos da economia em descenso. Nesta análise os fatores que contribuem com o processo de migração, em que o deslocamento proporciona o esvaziamento de cidades de fronteira, são consideradas por Singer (1998) em duas ordens.

Primeira ordem, os *Fatores de Mudança*: são os resultados das relações capitalistas. O Estado e o latifúndio expropriam camponeses, expulsam indígenas, parceiros e outros agricultores não proprietários; implantam grandes empresas mineradoras e agropecuárias (agronegócio) que tem como objetivo o aumento da produtividade utilizando tecnologia avançada; em alguns casos a introdução da força de trabalho similar a “escravidão”, que reduz os níveis de empregos formais.

Em segunda ordem, os *Fatores de Estagnação*: ocorrem em regiões com suficiência de terras cultiváveis, onde famílias tradicionais vivenciaram a agricultura familiar, mas encontram-se sob pressão pela ação do monopólio de grandes proprietários de empresas e do agronegócio. E esta luta persistente cria os fatores que expulsam a força de trabalho. Porém, algumas regiões são “prósperas” economicamente e surgem em seus territórios uma vida urbana crescente, mas desigual.

Assim, os fatores de estagnação contribuem para a emigração da população considerada economicamente “ativa”, são regiões estacionárias, do ponto de vista da economia de mercado, de forma que perdem pessoas para as cidades em processo de “desenvolvimento”. Considerando o tamanho populacional absoluto, as regiões de “estagnação” vivem apenas de seu crescimento vegetativo, já que o crescimento populacional proveniente da mobilidade humana é insignificante.

Segue Singer (1998) afirmando, que os fatores de mudança e estagnação são responsáveis pelos efeitos propulsores e efeitos regressivos. Os efeitos *propulsores* estão presentes em uma região industrializada, ou de economia em acelerado “desenvolvimento” que irradia para outras regiões circunvizinhas ou de fronteiras o seu feixe de atração, provocando migração, que aciona os efeitos *regressivos*, visto que, esvaziam as cidades em “estagnação” econômica de mercado.

Ou seja, os efeitos propulsores expulsam pessoas do meio rural onde são instaladas as relações capitalistas, e os trabalhadores do campo são expulsos das áreas em “estagnação” por

“insuficiências físicas” (de terras melhor distribuídas) por causa do monopólio. Assim, os efeitos propulsores dizem respeito aos movimentos das atividades produtivas, e os efeitos regressivos dizem respeito ao movimento de seres humanos que saem de suas sociedades de origem (SINGER, 1998).

4 Parauapebas, o cotidiano atravessado: exclusão e desterritorialização

Se o lugar é a vivência do cotidiano onde compartilho com diversas pessoas uma mesma realidade, então o cotidiano é o palco onde vivencio ao mesmo tempo cooperação e conflito; e também onde os vínculos de sociabilidade são fortalecidos, ou enfraquecidos.

Estar em um mesmo lugar é compartilhar o cotidiano no tempo e espaço, uma certa mesmidade, que se afeta quando um indivíduo ou grupo de indivíduos decide (i)migrar. Ou como sugere Bauman,

Essa mesmidade encontra dificuldades no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’. A mesmidade se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas. (BAUMAN, 2003, p.18).

A territorialidade é o espaço vivenciando, o local que se pertence onde se encontra segurança e relações identitárias comuns, onde o conflito é mensurado, a comunicação é audível. Mas, apesar da tolerância no espaço onde vivo, o “meu” lugar, não é o espaço de harmonização plena. Entretanto, relações sociais, no “meu” lugar, e as contradições são assimiladas, os confrontos são esperados porque sei distinguir a quem dirijo o confronto. Na desterritorialização se “desmaterializam” as relações sociais plenas, não “tenho” domínio e apropriação do espaço, há uma exclusão socioespacial (CARVALHO e MEDEIROS, 2005).

Assim sendo Parauapebas é o lugar da territorialização dos desterritorializados, o tempo e o espaço onde os conflitos sociais se desenvolvem. Que territorialidade é essa?

Parauapebas nasce como um local improvisado para servir de apoio aos vários garimpos que brotavam todos os dias, cercada por casa de lonas, bares, comércio precários, bordeis etc. Mas esse local improvisado não existe mais. Quando se entra na cidade parece que desde o início tudo foi pensando para ser permanente. E isso ocorreu desde quando a então estatal Vale do Rio Doce montou o primeiro núcleo de moradia da força de trabalho migrante, e com seu projeto urbano trouxe as mesmas mazelas que cercam a falta de direito às cidades, e a principal, a segregação espacial (SOUZA, 2011).

A fixação e estabilização de grandes projetos em Parauapebas e região, a intensificação da mobilidade de grandes capitais, as exigências de trabalhadores com escolarização média e superior, a instalação de empreendimentos diversificados, transformaram a região do sul e sudeste paraense economicamente e politicamente, e também proporcionaram mudanças de hábitos e costumes, mudaram assim, o perfil geral do migrante (SOUZA e PEREIRA, 2008).

A cidade de Parauapebas reflete os dados econômicos que atestam o seu acelerado crescimento: polo de atração de força de trabalho de vários estados do Brasil. Parauapebas não é uma cidade planejada, mas já não é meramente uma cidade dormitório. Cresce de forma desordenada. Os prejuízos sociais são da dimensão dos seus dados estatísticos. Mais da metade da receita do município é proveniente da extração mineral, que é o “combustível” que mantém a robustez do orçamento e ao mesmo tempo as mazelas sociais, tudo num “cadinho”.

São grandes distorções sustentadas por uma renda per capita idêntica à da cidade do Rio de Janeiro, mas com problemas sociais de cidades do estado do Pará com orçamentos menores. Há mudanças sendo operadas pela prefeitura de Parauapebas em moradias, porém os contrastes permanecem. Afastando-se do centro urbanizado observa-se a favelização nos morros por todos os lados, onde mora o precariado.

Em conversas e observação não se percebe que dados negativos perturbam os moradores, ou que tenham clareza que um dia a “fatura” orçamentaria proveniente dos *royalties* da Vale vai ter fim. Para muitos a mineração não é um meio, mas um fim. Ou seja, não se pensa na mineração para criar outras infraestruturas para manter riquezas mais permanentes, como por exemplo a verticalização da produção mineral e outros. A realidade é que após mais de 30 anos, 80% da produção *in natura* sai da mina da Vale e vai direto para o trem que escorre a produção para o exterior (COELHO, 2015).

Quais questões podem ser consideradas como caracterização para uma análise sociológica da territorialidade de Parauapebas? Considerando que a territorialidade é o espaço da construção de sociabilidades, aonde é realizada a reprodução da força de trabalho e se estruturam novas organizações societária a partir das antigas relações sociais, o ponto de partida para a construção destas sociabilidades é definir que a territorialidade seja um conjugado de sistemas: sistemas de objetos e sistemas de ações indissociáveis. Entre objetos e ações considera-se, segundo Santos (2002), paisagens, a configuração territorial, a divisão social e territorial do trabalho, o espaço produtivo, palcos das ações dos sujeitos. É na ação dos sujeitos, efetivamente que possibilita o dinamismo das redes de relações humanas.

Parauapebas é o espaço da territorialidade que atrai forças produtivas. São essas novas forças produtivas que se desorganizam e se organizam.

O modo pelo qual as forças produtivas se organizam em Parauapebas faz emergir novas características do perfil do migrante: o surgimento da força de trabalho migrante “itinerante”, que prefere os centros urbanos, e circulam em volta do polo de atração das mineradoras; migrantes forçados pela forma de exploração do capital mudam o perfil profissional, se adaptam aos interesses das empresas terceirizadas e das grandes empresas mineradoras, assumem, desse modo, cada vez mais funções flexíveis em atividades precarizadas e; o trabalho precarizado acaba por afetar a sociabilidade do migrante, por meio da negação dos sistemas limitado de reprodução da vida. Não obstante, a sociabilidade do migrante é afetada pelo estranhamento com outro, o mal-estar que culturas diferentes causam uma as outras no des(encontro) do espaço social. Com o tempo a sociabilidade é afetada pela falta de perspectiva social, não o vazio de sentidos, mas o excesso de sentidos - negando as reclamações das ideias “pós-modernas” imputando a falta de sentidos ao estranhamento, a cultura sem fronteiras.

5 A sociabilidade: “O que essa gente veio fazer aqui?”

Autores da Antropologia e da Sociologia, há algum tempo, descobriram que a sociabilidade primária constitui os fios iniciais das teias de significados que os homens teceram para se atarem (GEERTZ, 1989), que são produtos da cotidianidade e ganham mais relevância do que os aspectos aparentes (orgânicos) (LUKÁCS, 2010). Considera-se nesta teoria delimitar os aspectos essenciais, a especificidade do ser social, enquanto ser vivo e de práxis, embora não se ignore os problemas gerais do ser social, que são os resultados elaborados em contínuo refazimento.

A sociabilidade é a conexão entre a as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade (ibid.), sabendo que estas três modelagens têm relações uma com as outras, entretanto as duas primeiras são suspensas, sem deixar de existir, pois com a sociedade surge um ser de natureza específica, resultado da práxis, especificamente do trabalho, a ontologia do Ser.

Esta forma de pensar sobre a sociabilidade mostra duas tendências opostas, ou historicamente e intelectualmente opostas, de tendências verdadeiras ou falsas. A questão é que o ser *em-si* precisa ser visto na ação cotidiana para então se compreender que é nas relações humanas que se apresentam a necessidade do exercício da ideologia, com características às vezes momentâneas (assistêmicas) e muitas das vezes estruturais (própria do sistema social vigente). É por isso que Lukács afirma, que há uma forma enganosa de constituir a ideologia como “uma consciência antecipada falsa da realidade” (LUKÁCS, 2010, p.38).

Veremos então que para muitos outros autores a interpretação sobre a sociabilidade ganha outros contornos, que não significa questionamento profundo sobre tudo que já foi dito

sobre sociabilidade. Porquanto, a sociação está para além do ato de socializar-se, e sociabilidade não se limita a maneira positiva, ou a qualidade de ser sociável, é preciso que se saiba de quem e para quem se exige a sociabilidade. Se os indivíduos são de uma mesma sociedade, ou grupo social, o processo de socialização tem como objetivo cativar o indivíduo para que o mesmo aceite as regras de convivência, aqui a sociabilidade só aceita os conflitos que gerem continuidade da tradição. A sociação é a forma pelo qual necessidade de se agrupar, que está presente também em outros animais, se combina com a extensão histórica do ser social. Nesta visão mais ampliada, a sociabilidade tem alcance histórico, que em outras versões ganham acentuação maior os aspectos que dão sentido à permuta entre os indivíduos e que as ações tenham sentido possíveis de serem compreendidos, ou seja, compreender as motivações da ação social dos indivíduos em inter-relação.

Para Simmel (2006), antes de definir o conceito de sociabilidade, deve-se intermediar dois conceitos, forma e conteúdo, como possíveis diferenciadores de sociabilidade em sociedades não semelhantes. A ideia é que a sociedade não é vivenciada em seu sentido genérico, é a ação recíproca entre indivíduos que sugere certas finalidades, por exemplo: instintos, interesses, objetivos, jogo e doutrinação. É o ser humano em uma relação de convívio, “de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro em um estado de correlação com outros” (Ibid, 2006, p.60), são relações mútuas de estímulos a causa final que forma uma unidade a fim de moldar as sociedades.

A sociação⁹ é, ao mesmo tempo, o conteúdo do que permanece no indivíduo e tem existência material (forma) em toda extensão histórica, e o interesses, condicionamento psíquico (conteúdo). Segundo Simmel (2006), a vida se ocupa dessas motivações que não tem natureza social como a fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou resultados da inteligência, não são por si só sociais, se transformam em fatores de sociação quando a simples vontade de agregação gera interesses, ao passo que se apresenta de inúmeras maneiras distintas e orienta-se em direção a uma unidade. Os interesses sejam subjetivos ou materiais, momentâneos ou duradouros, constroem a base da sociedade humana.

Formas de sociação só existem quando são compartilhados sentimentos e o prazer de estar socializado. A sociabilidade ao assumir sentido e consistência valoriza a forma, “a forma correta”. É a forma que permite a interação entre elementos que constroem uma unidade. Para

⁹ Conceito, em Simmel, de "sociação" nomeia as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam, por meio de interações sociais e as relações de interdependência não representam, necessariamente, a convergência de interesses entre os atores sociais envolvidos.

construir essa unidade a sociabilidade tem pouca tolerância aos atritos, pois é por meio da forma, quanto mais perfeita melhor, que a sociabilidade adquire “papel simbólico que preenche as suas vidas e lhe fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos *conteúdos* concretos” (ibid., p. 65).

Se compreendemos o ser humano informe e inconcluso de formas e conteúdos, seja econômico ou político, sendo membro de um grupo familiar ou profissão, não importa, ele será sempre o resultado de um preparo construído, porquanto a natureza de sua vida será “uma ideia específica”. Por causa dessa natureza específica, a sociabilidade perante o outro, para ser compreendida, não deve ser vista como um elemento formador, e sim o momento formal, superficial e mediador.

Toda sociabilidade é democrática, porém o caráter democrático de toda sua estrutura só pode ser realizado no interior de um estrato social, “já que, muitas vezes, uma sociabilidade entre membros de diferentes estratos sociais se torna algo contraditório e constrangedor” (Ibid., p.69). A razão desta afirmação é que a democracia da sociabilidade “é *um jogo de cena*”, a sociabilidade cria um mundo ideal, um momento ideal, a satisfação do indivíduo está totalmente atrelada à felicidade do outro.

Estas concepções podem nós proporcionar interpretação da realidade para qual se escolheu o objeto concreto para análise. Isto é, as incoerências das sociedades modernas são os efeitos causados pelo processo formação das estruturas econômica e social. Incoerente porque não é “contraditória”, esse é o paradoxo, porque é inerente à sociedade capitalista que a sociabilidade seja afetada, e que os processos de deslocamentos causem os estranhamentos entre migrantes e receptores. Vivemos em sociedades desiguais, individualistas, consumista e que não aceitam a variabilidade cultural e social, isto porque as especificidades das concepções sobre o tema são amplas e variadas. Vejamos como podemos aplicar a interpretação sociológica da realidade no espaço territorial e histórico relativo da Amazônia.

Ao trata-se de observar a sociabilidade do migrante na Amazônia, não apenas na relação de passividade, ou na sociabilidade em que os envolvidos pertencem à mesma sociedade, mas principalmente a do migrante, apesar das condições adversas, a ação do migrante ao se deslocar ele renova a história por meio de sua atitude como agente ativo de seu destino ou é conduzido por um projeto inacabado, frouxo, dependente de outras elites econômicas, sejam estrangeiras ou nacionais, isso é o que permite a reinvenção da territorialização e possíveis resoluções de novos problemas no campo político, econômico e social.

Os dados elencados nas primeiras seções, e ao longo do trabalho, nos mostram uma realidade em que os problemas são parte de um contexto de numerosas possibilidades, e os

princípios da modernidade é que conduzem novas ideias, contrárias ou não, sejam as que afirmam a fortaleza ideológica, ou que desnudam as fragilidades da modernidade enquanto sistema social inacabado.

Observar a sociabilidade do migrante no contexto de uma sociedade encrostada na modernidade, “neste tempo de modernidade, numa sociedade de modernidade frágil como a nossa sociedade brasileira” (MARTINS,2008, p.09) é buscar a incoerência como suporte na construção da vida cotidiana do migrante.

Se está clara a falta de coerência das sociedades modernas, repartida em vários “mundos”, que provocam: a inautenticidade das frágeis relações sociais; a inépcia da construção histórica da sociedade brasileira, e conseqüentemente da sociedade amazônica, que colocam em oposição, o moderno e o tradicional, somos levados hipoteticamente a pensar que devemos relegar o passado em detrimento do moderno, considerado como o futuro ou o único caminho viável para o “progresso”. Logo, está contido nesse raciocínio a ideia de que a sociabilidade é a manifestação do tradicionalismo, é a demonstração irregular e derrotada “de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização” (ibid., p,17).

Como afirmado antes, a mediação da sociabilidade se dá em um terreno escorregadio. A multiplicação do capital é a forma racional da modernidade, que se instalar na vida social e na moralidade, impõe “o sujeito posto como estranho em relação a si próprio” (ibid.). A trama cuidadosamente construída entre os sujeitos é relegada, e não é incorporada na história de suas sociabilidades, porque essa é a trama do capital que assume a postura de desenhar os contornos mais salientes da vida cotidiana, relegando o sujeito para o segundo plano. Ou seja, A diversidade dos repertórios sociais e econômico do homem comum é amalgamada nos interesses do capital para servir como ingrediente superlativo para manter as tradições do poder pessoal e do clientelismo político.

De todo modo, “Se a vida de todo dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano” (ibid., p.52). É porque, na vida de todos os dias é que se constrói a sociabilidade na negação das tradições, costumes e as inovações, a territorialidade (cultura, a política, o espaço e o tempo), são os desafios do pensamento sociológico.

Assim, esse é o ser humano que em algum momento se distingue dos outros membros das sociedades receptoras, é o estranho inventado, e por condições sociais específicas, esse esquisito singular, mesmo que tenha vindo de vários lugares do Brasil será sempre um maranhense, sendo eles em sua maioria pobres terão a sua sociabilidade afetada nos espaços de

negociação da territorialidade. E a pergunta se encarregará de colocar o migrante em seu lugar: “O que essa gente veio fazer aqui?”

6 Considerações finais

A partir destas questões, podemos apresentar algumas considerações. Parauapebas passou por transformações urbanas, alçada à condição de atrativo de força de trabalho migrante. E ao se urbanizar apresentou os naturais processo de fragmentação do sentido humanístico de sociedade.

Igualmente, a urbanização multiplica os pontos cegos da alteridade, ou o desavir da sociabilidade, ao privar de amplitude a visão dos habitantes das cidades diante do outro, do estranho. Os habitantes receptores confundem-se ao interpretarem a imagem do outro, trata-o de desqualificado. Acentuam a indisposição ao exigirem do migrante a alteração de sua sociabilidade, por não compreender que a assimilação de outra cultura deveria se dar por um processo “natural” de fusões e assimilações dos modos de vidas do migrante com a população receptora. Como exemplo, a população maranhense é tratada na cidade de Parauapebas de acordo a uma “classe perigosa” e marginal, uma vez que esta, se recente de um lugar que preze a alteridade no convívio social. Além do que são conduzidos à morar em lugares distantes e com poucos recursos públicos, e assim vivem um refazer e remontar a paisagem urbana e as sociabilidades.

Estas intervenções para desmonte de paisagens urbanas, agrediu a sociabilidade dos moradores em dois momentos: quando chegam como migrantes em que a sociabilidade é alterada, e quando são obrigados a abrir espaço para implantação de projetos urbanísticos a agudizar ainda mais os conflitos. Assim, os migrantes são afetados em sua sociabilidade por serem tirados do local em que já havia se restabelecido parcialmente o “equilíbrio” emocional, ao reencontrar o sentido de comunidade, mesmo nos lugares e habitações insalubres.

As características regionais da maioria dos migrantes para Parauapebas, em todo sul e sudeste do Pará, leva-nos a afirmar que a afetação da sociabilidade têm características gerais quanto ao estranhamento das sociabilidades do outro (forasteiro no dizer de muitos), porém a particularidade de serem nordestinos proporciona acentuação no preconceito exercido na vida cotidiana da população. O que conduz a outra forma de desavir, muito comum em regiões que recebem migrantes em busca de trabalho, considerados como “*desqualificados*”.

O que possibilitou a intensa migração para Parauapebas está inscrito nas obras de autores que se dedicaram a compreender que parte dos desvios migratórios de nordestino em direção a Amazônia está relacionado a modernização desta. Que por intermédio da construção

de rodovias e ferrovias, abriu redes de integração importantes que estabeleceram ligações de articulação do sul e sudeste paraense com as demais regiões do Brasil. E assim se formou uma nova dinâmica territorial amazônica (o que podemos definir como: “O contínuo refazimento da Amazônica”), que determinou um novo enredo na reestruturação produtiva em Parauapebas, com as mudanças na estrutura do trabalho e da urbanização.

Por outro lado, é na divisão territorial do trabalho que as novas dinâmicas do território e do trabalho se constroem, e é nesse processo que se acentua o movimento migratório.

Os deslocamentos da força de trabalho segue o “Sistema de Singer”, que vista de outro modo por Souza e Eid (2013, p. 10), consolida em parte a teoria da migração em Singer: “Essa divisão cria uma hierarquia de lugares movidos pela racionalidade do capital e pela maximização do lucro. As escolhas de espaços com vantagens [...] em detrimento de outros”.

Parauapebas se transformou em atrativo por conta de todos atributos que se discutiu neste trabalho. Com o desenvolvimento econômico inflado pelas mineradoras, que implantaram, em particular a Vale, crescente introdução de novas tecnologias e técnicas de formação e informação por meio de forte investimento em infraestrutura.

Pois bem, o setor mineral, responsável por atrair o fluxo migratório da força de trabalho, muda a ideia de trabalho na Amazônia, por conta dos novos processos de trabalho tais como; a organização da produção nas médias e grandes empresas e; a implementação de novos padrões da gestão de trabalho. Este processo de modernização do trabalho secundarizou a estrutura da produção tradicional. Logo o processo de acumulação de capital exigiu que novas tecnologias e qualificações, fora do contexto amazônico, fossem introduzidas para maximizar os lucros.

Então vejamos: a força de trabalho migrante é atraída pelos empreendimentos minerais, porém, as empresas ao se modernizarem excluem parcela significativa dessa força de trabalho, a “desqualificada”, pois são impedidas de assumir postos técnicos na mineração. O resultado é o isolamento das multiplicidades de saberes dos migrantes, e das populações tradicionais, afetados em sua natureza material e simbólica.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: A busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

CARVALHO, Orlando Albani; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Migrações compulsórias, lugar e territorialidade na construção de hidrelétricas no Rio Uruguai. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo – 20 a 26 de março de 2005.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Org. Tádzio Peters Coelho; Marcio Zonta e Charles Trocate – Marabá, PA: Ed. Iguana, 2015.

DNPM. Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribui-cao_cfem_muni.aspx?ano=2015&uf=PA. Acessado em: 12-07-2016.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

IBGE. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/pa/parauapebas_v2.pdf. Acessado em 15-03-2016.

____Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/fisico/unidades_federacao/pa_fisico.pdf. Acessado em 15-03-2016.

____Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_rede_urbano_regional.pdf. Acessado em 15-03-2016.

____Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_administrativo.pdf. Acessado em 15-03-2016.

____Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_frenteira_agricola.pdf, Acessado em 15-03-2016.

____Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/mapao_regic_2007_d.pdf. Acessado em 15-03-2016.

____Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_logistica.pdf. Acessado em 15-03-2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ, **Estatísticas Municipais** – Parauapebas, 2012.

LUKÁCS, György, 1885-1971. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social : questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível** / György Lukács ; tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento ; supervisão editora de Ester Vaisman. – São Paulo : Boi Tempo, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo. Contexto, 2008

_____, José de Souza. **A sociedade vista do abismo : novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

MTE-RAIS. <https://empregabrasil.mte.gov.br/>. Acessado em 10-08-2015

PEREIRA, Raimundo Miguel dos Reis, 1962- “O Que essa gente veio fazer aqui?” migração e sociabilidade da força de trabalho “desqualificada” para Parauapebas-PA / Raimundo Miguel dos Reis Pereira. Orientadora: Andrea Bittencourt Pires Chaves Chaves, UFPA/PPGCS - 2016.

REVISTA DA FAEEBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. ALVES, Ana Elizabeth Santos. **Qualificação e trabalho no capitalismo**. – v. 15, n. 26, p. 45-56, (jul./dez., 2006) - Salvador: UNEB, 1992.

SEFA-PA. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/todas-as-noticias/10995-arrecadacao-propria-do-para-se-manteve-positiva-nos-primeiros-seis-meses-do-no?highlight=WyJyb3lhbHRpZXMiLCJlbSIsMjAxNCwiZW0gMjAxNCJd>. Acessado em: 12-07-2016.

SIMMEL, Georg, 1858-1918. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade** / George Simmel; [tradução, Pedro Caldas]. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SINGER, Paul, **Economia política da urbanização**. Ed. 14^a. São Paulo. Contexto. 1998.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A vulnerabilidade social no entorno dos grandes projetos na Amazônia: o caso de Parauapebas** (Pará, Brasil) Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 238-255, jul./dec. 2011.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque; PEREIRA, Tania Cristina Brunele. **A Urbanização no entorno dos Grandes Projetos da Amazônia: As áreas de Risco em Parauapebas-PA**. IV Encontro Nacional da Anppas – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília - DF – Brasil - 4,5 e 6 de junho de 2008.

SOUZA, Márcia. **Amazônia e modernidade**. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 16 n. 45, Aug. 2002, Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_att&pid=S0103-01420020000200003&ing=en&nrm=iso>. accessed on 04 Sep. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-401420000200003>. Acessado em: Agosto de 2015.

VALE. Disponível: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/quarterly-results/paginas/default.aspx>. Acessado em 20-06-2015